



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

## **ANEXO**

### **ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2022 – TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n. 0002690-85.2022.4.01.8012)

### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS**

#### **1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, inciso I, da Lei n. 8.666/93, art. 3º, inciso XI, e art. 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a contratação de serviços de gerenciamento de frota oficial de veículos automotores.

#### **2. DO OBJETO**

2.1. Contratação de empresa especializada na implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela CONTRATADA prestem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagem de veículos, serviços de guincho, manutenção preventiva e corretiva, fornecimentos de peças, pneus e demais materiais à frota de veículos e grupos geradores desta Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculada, atender também a demandas excepcionais de aquisição de combustíveis para a logística do Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial do Baixo Madeirada - JEFITF, serviços de revisão periódicas enquanto os veículos estiverem no prazo de garantia dos fabricantes, serviços esses realizados nas concessionárias correspondente a cada marca de veículo. Tais serviços e produtos devem ser pagos mediante uso de cartão magnético, providenciado pela empresa CONTRATADA, que será responsável pelo credenciamento dos postos, oficinas, concessionárias, lava jatos e autopeças.

2.2. A CONTRATADA deverá possuir/credenciar rede de postos para fornecimento de combustíveis e lubrificantes, e de oficinas para manutenção leve da frota de veículos com realização de serviços e fornecimento de peças/insumos, conforme quantidade, especialidades e nos municípios indicados do Anexo I deste instrumento.

2.3. O objeto deste instrumento se complementa com as Especificações Técnicas constantes no Anexo I.

2.4. A frota é composta de 15 (quinze) veículos e 02 (dois) grupos geradores, conforme especificações e localizações constante no Anexo II.

#### **3. DA JUSTIFICATIVA**

##### **3.1. ABASTECIMENTO**

3.1.1. A adoção do sistema de abastecimento, mediante tecnologia de sistemas de gerenciamento que utilizem cartões magnéticos ou eletrônicos para captação de informações, tem como objetivo promover a otimização, padronização e racionalização do abastecimento da frota oficial de veículos e dos grupos geradores pertencentes a esta Seccional, em caráter contínuo e ininterrupto, visando melhor eficácia no controle, redução de custos e eliminação de procedimentos.

3.1.2. A presente contratação também possibilitará à Administração, a obtenção de informações em tempo real para a tomada de decisões preventivas e corretivas, haja vista que o sistema a ser disponibilizado possui caráter gerencial que proporcionará uma gestão mais eficiente e precisa da frota de veículos desta Seccional, incluindo o controle total das despesas realizadas com abastecimento de combustíveis e, bem como, o monitoramento da utilização dos veículos em deslocamentos mais longos, como por exemplo a viagens ao interior do estado.

3.1.3. A contratação viabilizará sempre que demandado a logística do Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial do Baixo Madeira - JEFITF, em especial na aquisição de combustíveis para abastecimento das embarcações que serão utilizadas ao jurisdicionado ribeirinho.

##### **3.2. MANUTENÇÃO**

3.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva na frota de veículos da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções vinculadas (Ji-Paraná e Vilhena) são imprescindíveis na prestação dos serviços de transportes de autoridades, servidores, materiais e equipamentos, assim como as reposições de peças e acessórios, considerando a necessidade de conservação dos veículos que sofrem desgastes decorrentes do uso frequente, ressaltando-se, ainda, que esta Seccional não dispõe de infraestrutura, nem recursos humanos para desenvolver tais atividades.

3.2.2. Neste contexto, a Administração Pública baseia-se em modernos princípios administrativos, pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. A contratação de serviços essenciais de manutenção corretiva e preventiva de veículos, com o gerenciamento de manutenção por meio de cartão eletrônico e sistema via WEB, reduz custos e proporciona um melhor controle orçamentário e financeiro, como:

- a. Otimização e rendimento do veículo, prolongando sua vida útil;
- b. Revisão efetuada segundo padrões pré-estabelecidos pela CONTRATANTE;
- c. Minimização das imobilizações não programadas.

3.2.3. Desta forma, a economia a ser obtida pela Administração em relação à contratação dos serviços, poderá ser pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo mediante regular e adequado certame licitatório.

### 3.3. LAVAGEM, CONserto E AQUISIÇÃO DE PNEUS

3.3.1. Os automóveis pertencentes a frota desta Seccional realizam transporte de servidores e magistrados para prática de atividades externas, entrega de correspondências e documentos em âmbito local, entre outras atividades correlacionadas aos objetivos institucionais da Justiça Federal - SJRO.

3.3.2. A realização das atividades rotineiras demanda a correspondente higienização, necessária à conservação dos veículos e ao resguardo de ambiente salutar a magistrados e servidores usuários dos serviços da Seção de Vigilância, Segurança e Transporte (Sevit).

3.3.3. Acresce-se que as condições atuais de má conservação das ruas desta capital Porto Velho, e nos municípios do interior, demandam maior acuidade na conservação dos veículos, uma vez que a sujeira/lama das ruas danifica a pintura dos carros acarretando desvalorização precoce desses bens, cuja guarda e conservação adequada são de responsabilidade da SJRO, bem como acarretam maior incidência de danos aos pneus dos veículos.

### 3.4. CONTRATAÇÃO ÚNICA

3.4.1. Pretende-se que a contratação de serviço de gerenciamento de frotas de veículos e grupos geradores, envolva toda a prestação de serviços e aquisição de peças/insumos necessários, através de rede credenciada da CONTRATADA, nos moldes da contratação vigente, o que possibilita o gerenciamento de frotas de veículos e grupos geradores de uma forma mais otimizada na gestão do contrato, permitindo uma visão geral dos gastos gerados em um único sistema informatizado.

3.4.2. Importante registrar que essa unificação não causa qualquer tipo de restrição na participação dos potenciais licitantes interessados, visto que há atualmente no mercado um grande número de empresas que oferecem todos os serviços e fornecimentos, por meio de uma rede credenciada, requeridos neste instrumento. Destaca-se que, a continuidade da contratação dos serviços através do modelo existente na SJRO, resultará em maior interesse pelos licitantes, pois tratará de um contrato mais robusto e agregado.

### 3.5. JUSTIFICATIVA GERAL

3.5.1. A contratação do serviço em questão tem como principal justificativa a prestação de serviço que atenda plenamente as necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções vinculadas no interior do Estado de Rondônia, no que diz respeito à gestão da sua frota de veículos oficiais abrangendo abastecimento, lavagem (simples e completa), manutenção (preventiva e corretiva), fornecimento de acessórios, bem como serviço de socorro mecânico e guincho.

3.5.2. Tal modalidade de contrato é uma tendência de crescente utilização tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário na administração direta e indireta, tal implementação do sistema possibilita o gerenciamento informatizado dos veículos de todas as unidades da jurisdição da SJRO, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos, condutores, fiscalizadores, controle e logística, viabilizando o monitoramento dos serviços prestados, fiscalização financeira e operacional do processo, em caráter contínuo, em todo o estado de Rondônia, contemplando:

- I. Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes;
- II. Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);
- III. Rede de postos para o fornecimento de combustíveis, cobrindo todos os locais estratégicos dentro do estado de Rondônia, todos os dias da semana, credenciando estabelecimentos idôneos, preferencialmente certificados pela ANP, destinados aos diversos tipos de serviços a serem prestados, inclusive com relação àqueles que são específicos para certos tipos e marcas/modelos dos veículos da frota;
- IV. Flexibilidade do sistema de abastecimento e manutenção por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;
- V. Agilidade nos procedimentos;
- VI. Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- VII. Obtenção de informações sobre o abastecimento bem como dos serviços executados em tempo hábil para tomada de decisões corretivas;
- VIII. Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção;
- IX. Melhora no gerenciamento dos veículos da frota em questão;

- X. Implantação de sistema integrado com uso de tecnologia de identificação eletrônica e senhas de acesso, visando à execução e controle eficientes do fornecimento.

3.5.3. A contratação pretendida está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021-2026, macrodesafio "aperfeiçoamento na gestão de custos", objetivo estratégico "otimizar custos operacionais", bem como ao PAC 2022/SJRO, PA Sei 0003086-96.2021.4.01.8012. Além disso, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar 16453801.

3.5.4. Salientamos ainda a importância da aplicação do sistema de gerenciamento de frota para atender os veículos oficiais é avalizada pelo entendimento expresso pelo TCU - Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n. 2731/2009 (voto do Ministro revisor - AROLDO CEDRAZ) – Plenário, feito para o Departamento de Polícia Federal, que se manifestou no seguinte sentido:

*3.4.1 Por tal motivo, é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento.*

*Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que tal sistemática têm sido rotineiramente empregada - sem qualquer crítica desta Corte sob este aspecto, friso - em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direto do bem ou serviço final demandado pela administração.*

*3.4.2. É o caso, por exemplo, dos certames para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em que as agências de viagens, que não são as fornecedoras do serviço de transporte aéreo demandado pelo poder público, são selecionadas com base no valor da taxa de administração que cobram.*

*3.4.3. O mesmo ocorre com o fornecimento de combustíveis ou de vales-refeições, em que idêntico critério de julgamento é empregado e o entregador final do produto demandado não é o distribuidor de combustíveis ou a empresa de vales, mas o posto de gasolina ou o restaurante credenciados em que o abastecimento de cada veículo e consumo de cada refeição é feito.*

*3.4.4 Esta similitude com outros tipos de certame afasta a segunda crítica feita ao modelo, a de que não haveria definição precisa do valor total do contrato e dos preços a serem praticados pelo fornecedor final do bem demandado. Tais peculiaridades, entretanto, também ocorrem nos contratos de fornecimento de passagens aéreas onde as dificuldades delas decorrentes são sanadas pela utilização de valores estimados, prática que este Tribunal tem rotineiramente admitido e que se repete no certame em foco.*

*23. O novo modelo adotado é uma tentativa de solucionar tais dificuldades. Além das prováveis reduções de custos dos serviços - já obtidas em contratos de fornecimentos de outros tipos de produtos onde foi adotada a sistemática inovadora, conforme apontado nos autos - haverá redução de custos administrativos do DPF com controle da manutenção dos veículos, além de implementação de avanços gerenciais que favorecerão uma melhor gestão da frota, com reflexos positivos sobre as ações policiais.*

*24. Além disso, estaria sendo resolvido o problema do frequente e inadequado uso de suprimentos de fundos que tem caracterizado o atual modelo.*

*25. Com tais mudanças, estaria atendido, assim, também o princípio da eficiência.*

*26. Registro, ainda, que o modelo em discussão assemelha-se à chamada quarteirização, procedimento em que a gestão de um serviço já terceirizado - no caso concreto, a manutenção de veículos - é entregue a uma quarta entidade incumbida de gerenciar a atuação dos terceirizados - na situação em foco, o administrador da manutenção.*

*27. Trata-se de uma prática bastante disseminada no mercado privado, cuja adoção no âmbito da administração é salutar, pois demonstra empenho em modernizar métodos arcaicos, ineficientes e burocráticos de gestão e, com isso, melhorar o desempenho dos órgãos e entidades públicos.*

*28. Assim, por se tratar de inovação, que, em tese, está em consonância com normas e princípios que regem as licitações e a atuação dos agentes públicos, creio que esta Corte, no desempenho do papel de indutora de aprimoramento da gestão pública que tem pautado a atuação dos órgãos de controle no mundo moderno, deve abster-se de inibir o prosseguimento da tentativa de inovação em análise.*

3.5.5. Na linha desse entendimento - o Ministro relator – MARCOS BEMQUERER COSTA, complementa:

*“26. Dessa forma, creio que a implementação do procedimento adotado pela Polícia Federal guarda correlação com o princípio da eficiência, que, sob o escólio de Celso Antônio Bandeira de Mello representa uma faceta de um princípio mais amplo tratado no Direito italiano, qual seja, o princípio da "boa administração". Este último, na doutrina de Guido Falzone, consiste em desenvolver a atividade administrativa "do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto." (in Il Dovere di Buona Amministrazione, Milão, Giuffrè, Ed., 1953, p. 64)”.*

3.5.6. Foi também publicado sobre esse assunto, o seguinte artigo, na Revista do TCU Brasil ano 41 nº 116 - Setembro a Dezembro de 2009 - Pág. 96-97, link - <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057622.PDF>:

*“17. O gerenciamento do fornecimento de combustíveis A contratação de empresa gerenciadora do fornecimento de combustíveis independe da contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos, contudo segue os mesmos moldes desta, ou seja, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota, por meio de rede credenciada de postos de abastecimento localizados em âmbito estadual, regional ou nacional. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo),*

*preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis fornecedores. A contratação tradicional, ou seja, de um único posto de combustível, vencedor da licitação, obriga a Administração contratante a efetuar o abastecimento de seus veículos no âmbito exclusivo desse estabelecimento. O modelo de contratação de empresa gerenciadora possibilita que uma rede de postos credenciados em várias localidades atenda à demanda da Administração, onde a necessidade surgir, evitando-se o uso de suprimento de fundos, sujeito a excessos e impropriedades. No campo da economicidade, a contratação de empresa de gerenciamento do fornecimento de combustíveis pode ter sua duração estendida para além do exercício financeiro, afastando, com isso, a necessidade de realizar-se licitação a cada exercício financeiro para a aquisição de combustíveis, segundo a regra do art. 57, caput, da Lei nº 8.666/93. É que o contrato de gerenciamento, cuja natureza é a de prestação de serviços, reitere-se, permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro, podendo atingir o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantagem econômica das possíveis prorrogações. O Tribunal de Contas da União anotou, acerca da economicidade gerada na contratação de empresa gerenciadora de combustíveis, que [...] o documento elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (fls. 304/315, v. 1), versando sobre o uso do sistema de gerenciamento de frota do DPF no abastecimento de combustíveis – embora de objeto diverso ao que ora se analisa (manutenção) –, assinala um potencial de redução de gastos da ordem de R\$ 1,76 milhão por ano (grifo não consta do original), o que, ao sentir do [...] tornam otimistas as expectativas quanto à diminuição de custos pela implementação de tal sistema de gerenciamento para manutenção de veículos” (Acórdão nº 2731/2009, Plenário).”*

### **3.6. JUSTIFICATIVA GERAL**

3.6.1. A contratação do serviço em questão tem como principal justificativa a prestação de serviço que atenda plenamente as necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções vinculadas no interior do Estado de Rondônia, no que diz respeito à gestão da sua frota de veículos oficiais abrangendo abastecimento, lavagem (simples e completa), manutenção (preventiva e corretiva), fornecimento de acessórios, bem como serviço de socorro mecânico e guincho.

### **3.7. IMPLICAÇÕES DA NÃO CONTRATAÇÃO**

3.7.1. A experiência da utilização da gestão de frota conforme contratação 0003671-90.2017.4.01.8012 foi muito positiva principalmente num cenário onde o número de servidores desta SEVIT-RO é bem reduzido e os cuidados da frota oficial desta Justiça Federal demandam bastante, contudo, caso não haja nova contratação teremos um cenário bastante caótico, vez que, será necessário a contratação de prestadores de serviço para cada demanda de manutenção, bem como, a contratação de diversos postos de abastecimentos ao longo da BR 364 e nos municípios onde estão instalados a Seção Judiciária de Rondônia e suas Subseções, o que tornaria a gestão quase que impraticável.

## **4. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

4.1. Tratando-se de serviço comum no mercado, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, entende-se que o objeto descrito neste instrumento poderá ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

## **5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

5.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de prestação de serviços e fornecimento de materiais, tais como tributos, serviços, custos de credenciamentos, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.2. Os serviços deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às características técnicas e legais exigidas, entre outras detalhadas neste termo de referência.

**5.3. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar a Taxa Percentual de Administração (%), não maior que 2,13%, com relação ao Valor Global Estimado pela Administração (Serviços, Materiais e Insumos), de forma que a soma resultará no Valor Global da Proposta (para 30 meses), conforme formulário de proposta sugerido no Anexo III deste instrumento.**

5.4. Sagar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL, a ser apurado segundo a fórmula abaixo:

$VGP = [VGE + (TA \times VGE)]$ , onde:

VGE: Valor Global Estimado (R\$);

TA: Taxa de Administração (%);

VGP: Valor Global da Proposta.

5.5. A Taxa de Administração deve ser expressa em percentual (%), com no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula e também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, podendo ser inferior a zero (Taxa Negativa).

5.5.1. No caso da Taxa de Administração ser negativa (menor que zero), será convertida em percentual de DESCONTO a ser aplicado no Valor Global Estimado pela Administração, que resultará no Valor Global da Proposta.

5.5.2. Nos preços efetivos a serem contratados, a futura CONTRATADA deverá oferecer descontos (%) nos serviços prestados e/ou materiais adquiridos pelas empresas credenciadas, de acordo com a Taxa .

5.5.3. Os descontos serão aplicados quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas, devidamente atestadas pelo gestor do contrato.

5.5.4. O percentual máximo estabelecido é resultado de pesquisa realizada pela Seção de Compras e Licitações (Selit) quanto aos percentuais contratados por 4 (quatro) órgãos da Administração Pública, no exercício de 2022.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL, ao FGTS, ao INSS e à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrição em contratar com órgãos públicos federais, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

6.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

## 7. DA EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

7.1. As empresas licitantes deverão apresentar no mínimo:

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, ou seja, prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela licitante prestaram serviços, mediante uso de cartão magnético, de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagem de veículos, serviços de manutenção preventiva e corretiva e fornecimentos de peças, pneus e demais materiais para uma frota mínima de 8 (oito) veículos, **pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses ininterruptos**, mediante a apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.2. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, devendo a assinatura do signatário, **em caso de pessoa jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório**, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro.

## 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, para o período de 09/01/2023 a 08/07/2025, podendo ter sua duração prorrogada por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

8.2. A prorrogação da vigência contratual será procedida de verificação da vantajosidade das condições para a CONTRATANTE e se a CONTRATADA mantém as condições de habilitação originalmente exigidas, como também ter executado as obrigações de forma satisfatória, conforme ateste pelo gestor do contrato.

## 9. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para o período de 30 (trinta) meses, com pagamentos mensais conforme consumos apurados no mês de referência, acrescido da taxa de administração estimada.

9.2. A taxa de administração máxima (%) estimada a ser cobrada pela CONTRATADA é de 5,00% (cinco por cento).

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO A SER GASTO COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO 30 meses (a)	PERCENTUAL MÁXIMO RELATIVO A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (b)	VALOR ESTIMADO RELATIVO À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (c = a x b)
01	Serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela CONTRATADA prestem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagem de veículos, serviços de manutenção preventiva e corretiva e fornecimentos de peças, pneus e demais materiais à frota de veículos e	R\$ 280.000,00	2,13%	R\$ 5.064,00

dos grupos geradores da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculadas, mediante uso de cartão magnético, providenciado pela empresa CONTRATADA, que será responsável pelo credenciamento dos postos, oficinas, concessionárias, lava jatos e autopeças.			
<b>VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (a + c)</b>			<b>R\$ 5.064,00</b>

9.3. Os valores são líquidos e neles deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de gerenciamento dos serviços e fornecimento de materiais, como também os pagamentos de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9.4. O valor estimado anual previsto para realização das despesas referente a combustíveis, peças/insumos e serviços relativos a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos grupos geradores foi calculada com base nos consumos dos últimos 2 (dois) anos e com relação ao limite orçamentário disponível para o exercício de 2023, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR ESTIMADO 30 MESES
Combustíveis	R\$ 65.000,00	162.500,00
Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva; Peças/Insumos, Acessórios; Lavagem	R\$ 47.000,00	117.500,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO</b>	<b>R\$ 112.000,00</b>	<b>280.000,00</b>

## 10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A prestação de serviços deste Termo de Referência será regulada através da lavratura de Termo de Contrato, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93.

10.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

10.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, que seguirá a ordem abaixo:

- Após a autorização da contratação, a empresa será convocada pela Seção de Compras e Licitações, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI de seu representante legal;
- Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Compras e Licitações.

10.4. Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 20% sobre o valor adjudicado e impedimento licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

10.5. A prestação dos serviços deverão ser realizados de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

## 11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Considerando que se trata de prestação de serviço por demanda solicitada, NÃO será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução do objeto contratado;
- b. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- c. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e nas demais regras a ele aplicadas;
- f. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
- g. Dar conhecimento dos termos deste instrumento aos portadores dos cartões do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.
- h. Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, requisitado ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa;
- i. Requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, no caso de extravio ou danos ao cartão, no prazo máximo de 7 (sete) dias consecutivos, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma;
- j. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação dos mesmos;
- k. Informar imediatamente à CONTRATADA o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo;
- l. Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e/ou ações oriundas da utilização indevida dos mesmos;
- m. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão destinado aos veículos;
- n. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto deste instrumento;
- o. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com este instrumento;
- p. A existência da fiscalização por parte do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços ora assumidos;
- q. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, e manter atualizado junto à CONTRATADA o cadastro completo dos veículos e motoristas autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam: tipo da frota (própria, terceiros, locada), placa, chassi, marca, tipo, combustível (gasolina, diesel, álcool), lotação – Seção ou Subseção Judiciária, capacidade do tanque, hodômetro e nome, matrícula e lotação dos motoristas autorizados;
- r. Incluir no cadastro, a partir de solicitação formal do CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias consecutivos, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente;
- s. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e de usuários (apenas com acesso a relatórios), bem como responsabilizar-se pela troca das senhas dos mesmos em caso de demissão, férias ou mudança de lotação;
- t. Como a CONTRATADA disponibilizará acesso ao Sistema de Gestão de Frotas em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo CONTRATANTE, o mesmo se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
- u. Encaminhar o veículo para abastecimento nos postos e à manutenção para as oficinas da rede credenciada pela CONTRATADA;
- v. Solicitar e aprovar pelo sistema informatizado da CONTRATADA, os orçamentos de peças, materiais e serviços necessários para manutenção dos veículos da frota;
- w. Fiscalizar *in loco* a execução dos serviços, cujos orçamentos apresentados foram minuciosamente analisados, prevalecendo aquele com menor preço global;
- x. Providenciar, no mínimo, 03 (três) orçamentos para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para aquisição de peças/insumos, por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, quando forem realizados nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), podendo ser dispensada essa exigência, de forma excepcional, quando o veículo estiver em trânsito em outros municípios, em viagens a serviço;

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **13.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos deste instrumento, do edital de licitação e de seus

anexos, e no contrato;

- b. Fornecer para o CONTRATANTE os cartões dos veículos e dos grupos geradores, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da CONTRATADA;
- c. Credenciar e apresentar relação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, exceto para o município de Porto Velho, em que o prazo será de até 10 (dez) dias corridos, de postos, oficinas, autopeças e lava jato, para os serviços e aquisições para a frota de veículos do CONTRATANTE, nas cidades relacionadas, com as respectivas quantidades mínimas de oficinas e autopeças para o atendimento de manutenção da frota nas cidades conforme exigências deste instrumento;
- d. Providenciar e manter os credenciamentos necessários, na forma do Anexo I deste instrumento, para que o CONTRATANTE realize, no mínimo, 03 (três) orçamentos para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para aquisição de peças/insumos, por meio do sistema informatizado, quando forem realizados nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), podendo ser dispensada essa exigência, de forma excepcional, quando o veículo estiver em trânsito em outros municípios, em viagens a serviço;
- e. Entregar/disponibilizar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças e combustíveis adquiridos, serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência;
- f. Acatar prontamente as solicitações do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas, fornecendo garantia das peças e serviços realizados;
- g. No caso de perda ou dano do cartão ou de inclusão de novos veículos à frota, fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento do pedido, um novo cartão para o veículo;
- h. Manter, durante a vigência do contrato, os estabelecimentos credenciados conforme quantitativos especificados no Anexo I deste instrumento;
- i. Informar mensalmente sobre inclusões ou exclusões de postos de abastecimento, oficinas e lava jato na rede credenciado;
- j. Repassar prontamente o pagamento aos postos, oficinas e lava jatos credenciados que prestaram serviços ao CONTRATANTE, ficando claro e estabelecido que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, sendo a referida quitação de total responsabilidade da CONTRATADA;
- k. Manter nos postos, oficinas e lava jatos credenciados identificação de sua adesão à rede de serviços da CONTRATADA;
- l. Providenciar a imediata correção de erros cometidos no processamento dos dados dos serviços executados, ou pelo sistema, apontadas pela CONTRATANTE, que possam comprometer o registro histórico das informações gerenciais;
- m. Orientar a sua rede de postos credenciados que os preços praticados para abastecimento, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade, conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP para o estado de Rondônia;
- n. Orientar a sua rede de oficinas e lava jatos credenciados que os preços praticados para os serviços, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade;
- o. Garantir que os postos que compõem a sua rede credenciada possuam Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Registro de Revendedor Varejista, expedido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo;
- p. Prestar treinamento com carga horária mínima de 8h ao gestor e usuários do sistema informatizado de manutenção da frota de veículos, no intuito de orientá-los à correta utilização do mesmo, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;
- q. Fiscalizar os serviços sistêmicos dos postos, oficinas e lava jato no sentido de obter um resultado satisfatório do sistema;
- r. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;
- s. Dispor permanentemente para o CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota de veículos, obtidos durante a vigência do contrato, no formato e padrão definidos pelo CONTRATANTE, e compatíveis ao seu sistema informatizado;
- t. Disponibilizar ao CONTRATANTE, ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado, por até 90 (noventa) dias após o término do contrato;
- u. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução do objeto;
- v. Indicar e manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representar a CONTRATADA, durante a execução do contrato;
- w. Possuir estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual, que deverá ser realizada com visitas à unidade central do CONTRATANTE por profissional devidamente autorizado pela CONTRATADA, tecnicamente habilitado para manutenção do sistema informatizado e à emissão de relatórios e documentos específicos, que contribuam para a melhor gestão da frota de veículos, ou por meio remoto Call Center;
- x. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;



- y. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- z. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste instrumento, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- aa. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- ab. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultante da execução deste instrumento;
- ac. Atender às solicitações do CONTRATANTE nas condições e prazos estabelecidos no presente instrumento, prestando todas as informações e orientações necessárias acerca do funcionamento e da operação dos equipamentos;
- ad. Ampliar e disponibilizar rede de postos e oficinas credenciados, incluindo outras localidades, mediante solicitação do CONTRATANTE, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido, sem custos adicionais;
- ae. Manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;
- af. Guardar sigilo dos dados e informações referentes aos serviços prestados, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de penalidades cabíveis;
- ag. Manter-se, durante a execução do contrato, compatível com as obrigações assumidas, de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em face do disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93;
- ah. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

#### 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal, contendo dados bancários, após o ateste do gestor do contrato.

14.2. O recebimento e a aceitação do objeto serão realizados pelo gestor designado pela CONTRATANTE, no corpo da nota fiscal ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável ao processamento do pagamento.

14.3. O relatório de materiais e serviços também deve ser apresentado juntamente com a nota fiscal, podendo ser retirado diretamente do sistema, de forma a consolidar as informações analíticas de consumo, por veículo e por grupo gerador, por tipo de despesa, estabelecimento, período de referência e demais informações que permitam a conferência e ateste das despesas.

14.4. No corpo da nota fiscal ou Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. objeto de fornecimento (quantidade, preço unitário e preço total);
- b. o mês a que se refere e o número do contrato;
- c. nome do banco, número da agência e da conta-corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

14.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

14.6. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$ , onde:

$I$  = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

$N$  = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

14.9. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

14.10. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

14.11. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste Termo de Referência sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- a. O atraso injustificado na implantação, na entrega e/ou substituição dos cartões magnéticos poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total do contrato a partir do 5º (quinto) dia de inadimplência da obrigação;
- b. O atraso injustificado na manutenção de postos, oficinas e lava jatos, credenciados nas quantidades exigidas no presente instrumento poderá ensejar multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total do contrato a partir do 5º (quinto) dia de inadimplência da obrigação;
- c. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 0,5% (cinco décimos de por cento) ao dia, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, com base no valor do contrato ou do valor apurado no mês de referência, conforme o caso e gravidade a ser apurada;
- d. Os atrasos injustificados superiores a 05 (cinco) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução da obrigação, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93;
- e. A não manutenção, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos mensais, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, poderá ser aplicada multa de 3% (três por cento) do valor total que deveria ser contratado ou dos valores mensais apurados, conforme o caso.

15.2. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá aplicar somente a penalidade de advertência, conforme manifestação do gestor do contrato.

15.3. Na aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento, a CONTRATANTE poderá, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas, previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93.

15.4. Independentemente da aplicação das multas moratórias, a CONTRATANTE poderá aplicar a multa punitiva prevista no art. 87, II, da Lei n. 8.666/93, que deverá ser no máximo 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

15.5. As multas moratórias previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao CONTRATANTE.

15.6. Poderão ser aplicadas ainda à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, de forma acumulativa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento:

- a. advertência;
- b. multa punitiva de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. impedimento de licitar e contratar com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas "c" e "d" deste item.

15.7. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

15.8. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

15.9. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

15.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

15.11. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

15.12. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

15.13. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1. O percentual da taxa de administração contratado será irrevogável, visto que os valores dos combustíveis, peças/insumos e serviços de manutenção preventiva e corretiva serão pagos com base no valor de mercado, no ato da realização das despesas, os quais serão sempre atualizados com índices próprios e inflacionários pela rede de credenciados da CONTRATADA, mantendo, portanto, os preços de mercado atualizados.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. É expressamente vedada à CONTRATADA subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento, relativas as atividades de administração e gerenciamento dos serviços.

## **18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

18.1. A gestão e a fiscalização da presente contratação ficarão assim definidas:

- a. Na Capital, a gestão do contrato e a fiscalização da execução dos serviços ficarão a cargo do Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes - SEVIT - desta Seccional;
- b. Nas Subseções Judiciárias do interior do Estado, a fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo dos Supervisores das respectivas Seções de Suporte Administrativo e Operacional - SESAP's.

## **19. DOS ANEXOS**

19.1. São anexos a este instrumento:

Anexo I - Especificações Técnicas do Objeto (transformado em Anexo II do Edital de Licitação);

Anexo II - Relação de Veículos e Grupos Geradores (transformado em Anexo III do Edital de Licitação);

Anexo III - Modelo do Formulário Padrão de Proposta (transformado em Anexo IV do Edital de Licitação).

Porto Velho, 27 de outubro de 2022.

**Heliton Alves Aguiar**  
Agente da Polícia Judicial  
Supervisor da SEVIT

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 29/11/2022, às 12:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16997723** e o código CRC **6D172863**.